



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

**Grupo Parlamentar**

Exmo. Senhor

Presidente da Comissão de Saúde

Deputado António Maló de Abreu

Assembleia da República, 31 de janeiro de 2023

**Assunto: Audição do Senhor Ministro da Saúde, do Senhor Diretor Executivo do SNS e do Diretor do Conselho Diretivo da ACSS, para obter esclarecimentos quanto à falta de profissionais em cada entidade de saúde que integra o SNS, o programa previsto pelo Governo para assegurar a dotação nos serviços dos profissionais em falta e valorizar as suas carreiras.**

O Serviço Nacional de Saúde, único garante do acesso à saúde para todos, atravessa um conjunto de problemas e condicionamentos para os quais o PCP não se cansa de alertar e não se cansa de apresentar propostas e soluções.

O diagnóstico há muito que está feito.

No âmbito dos cuidados de saúde primários, os dados mostram um crescente número de utentes sem médico de família, atingindo já os quase 1,5 milhões de utentes sem médico de família atribuído. Mas não são só médicos, faltam enfermeiros de família e faltam secretários clínicos para assegurar a existência de equipa de saúde familiar para todos os utentes. Muitas vezes, a falta de secretários clínicos põe mesmo em causa a potencial eficiência do quadro médico existente, tornando-se mais um elemento de condicionamento dos serviços.

Mas mesmo em locais onde há atribuição de médicos de família à grande maioria dos utentes, esta distribuição foi feita à custa do aumento da dimensão das listas de utentes, sobrecarregando os profissionais de saúde, diminuindo as condições em que o acompanhamento em saúde é prestado.



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

**Grupo Parlamentar**

O portal do SNS refere a existência a nível nacional de 5482 médicos de família integrados no SNS – mas a verdade é que para cumprir os rácios que a OMS estabelece, seriam necessários, pelo menos, 7031 médicos de família com listas de utentes atribuídas.

E a este cenário acresce o facto de que, de acordo com os dados publicados pela Ordem dos Médicos para janeiro de 2023, há apenas registados cerca de 4000 médicos de medicina geral e familiar com idade até 61 anos. Trata-se de uma situação preocupante num futuro próximo, já que o número de novos médicos especialistas está longe de conseguir colmatar o número de médicos especialistas em idade de reforma, trazendo há evidência a falta de médicos no país e a necessidade de se encontrar soluções para incrementar o número de recém -especialistas.

Faltam outros profissionais de saúde de que são exemplo psicólogos, nutricionistas, médicos-dentistas e higienistas orais. Esta realidade deixa sem resposta em matéria de cuidados de saúde primários, áreas importantes como seja a saúde mental, a obesidade ou a saúde oral.

Nos cuidados hospitalares, a situação do SNS não é mais animadora. Faltam médicos em muitas especialidades fazendo com que não sejam cumpridos os tempos máximos de espera regulamentares para consultas e cirurgias.

Faltam enfermeiros, técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica e demais profissionais. A comprová-lo está a diminuição do número de camas hospitalares públicas que se regista entre 2019 e 2022, onde se perderam 412 camas no país. E estão as quase 123 milhões de horas de trabalho suplementar realizadas em 2022 (registadas no portal da transparência), comprovando a carga horária que se abate sobre estes profissionais, para que haja resposta em saúde às populações.

O reforço do Serviço Nacional de Saúde (SNS) passa indubitavelmente pela valorização profissional, social e remuneratória dos seus trabalhadores. Se dúvidas houvesse quanto à sua importância, a epidemia da Covid 19 veio demonstrar inequivocamente que os trabalhadores da saúde são um pilar na garantia de melhores cuidados de saúde aos utentes e à população. Sendo por isso amplamente reconhecidos por estes, como têm demonstrado as diversas manifestações espontâneas. Para além dos aplausos, estes trabalhadores precisam de ser reconhecidos e valorizados nos seus direitos, na melhoria das condições de trabalho e na dignificação das suas carreiras.

Em matéria de especialidades hospitalares não se pode deixar de referir que também aqui se verifica que nos casos de ginecologia-obstetrícia, pediatria, pneumologia, psiquiatria e radiologia, mais de 40% dos médicos inscritos na Ordem dos Médicos tem 61 ou mais anos,



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

**Grupo Parlamentar**

com os novos inscritos a não compensarem os números que se aproximam da idade da reforma/aposentação.

E outra das áreas que levanta enormes preocupações, e que a pandemia de COVID-19 trouxe para a ordem do dia, mas que quase tudo continua por fazer é a da Saúde Pública. Nesta área só 202 médicos têm menos de 61 anos, não se formando novos especialistas em número suficiente para colmatar as vagas que vão sendo deixadas pelos profissionais em idade de reforma.

Para além da efetiva falta de profissionais formados para responder às necessidades, acresce o constante desvio de profissionais do SNS para o sector privado, processo que tem vindo a ser favorecido pela falta de adoção de políticas de saúde que respondam aos reais problemas do país e onde os grandes grupos económicos da doença têm tido um papel verdadeiramente predador.

Os elevados ritmos de trabalho, a falta de condições de trabalho, a ausência de investimento que conduz à obsolescência dos equipamentos, bem como a desvalorização social, profissional e remuneratória dos trabalhadores da saúde tem levado à sua desmotivação e provocado a sua saída do SNS, seja por aposentação, seja para exercer funções em entidades privadas ou fora do país.

O PCP, acompanhando de perto estas questões e no caminho do constante apelo à valorização do SNS e dos seus profissionais, tem vindo a apresentar reiteradamente propostas, seja em iniciativas legislativas, seja em propostas de alteração apresentadas no âmbito da discussão na especialidade dos diversos Orçamentos do Estado, propostas que o Governo e o PS, sozinho ou acompanhado, tem vindo sistematicamente a rejeitar.

O reforço do SNS, da sua capacidade de resposta e da sua qualidade é indissociável da valorização dos trabalhadores. Sabemos que sem profissionais valorizados e reconhecidos não há SNS. Por isso é que não é inocente o ataque aos direitos dos trabalhadores, pois tem sido uma via para destruir o serviço público de saúde e para potenciar os interesses dos grupos privados.

É urgente tomarem-se medidas de valorização e reconhecimento dos trabalhadores da saúde, no sentido de se obter um SNS mais robusto seja na prestação de cuidados, na prevenção e despiste de situações de doença, bem como no processo de manutenção da saúde. Neste sentido é fundamental a existência de trabalhadores motivados, com perspectivas de carreira e de desenvolvimento profissional. Desta forma, é imperativo a valorização das suas carreiras, a



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

**Grupo Parlamentar**

reposição e criação de novas carreiras na área da saúde para a garantia de direitos e dignificação destes trabalhadores – questão central no reforço capacidade do SNS.

É preciso assegurar condições de trabalho, mas igualmente o desenvolvimento profissional, a formação, a participação em projetos de investigação e simultaneamente tomar medidas que permitam a fixação de trabalhadores da saúde nas regiões do interior.

Mas esta resposta, para a qual o PCP já apresentou soluções, tarda em ser dada pelo Governo.

O novo Estatuto do SNS não traz a resposta necessária, constituindo antes um retrocesso face à Lei de Bases da Saúde. Os concursos que têm sido abertos não respondem às necessidades, nem permitem a captação de mais profissionais para o SNS. As vagas são insuficientes face às carências identificadas e muitas vezes não são preenchidas porque as condições apresentadas aos trabalhadores não permitem rendimentos dignos.

Neste sentido é fundamental que o Governo esclareça qual o seu programa para reforço do SNS no que respeita aos seus profissionais. É preciso conhecer que programa de contratação a curto, médio e longo prazo de profissionais para o SNS está previsto, que medidas vão ser tomadas e quando para valorizar estes trabalhadores, o que o Governo prevê em matéria de carreiras e qual o cronograma de implementação de medidas.

Estes são elementos fundamentais para “salvar o SNS” e o Governo tem de dar uma resposta séria e inequívoca quanto a estes aspetos, dando resposta às muitas reivindicações dos profissionais do sector.

Com o enquadramento descrito, vem o Grupo Parlamentar do PCP requerer a realização, com carácter de urgência, da Audição do Senhor Ministro da Saúde, do Senhor Diretor Executivo do SNS e do Diretor do Conselho Diretivo da ACSS, para obter esclarecimentos quanto à falta de profissionais em cada entidade de saúde que integra o SNS, o programa previsto pelo Governo para assegurar a dotação nos serviços dos profissionais em falta e valorizar as suas carreiras e corrigir as injustiças que se têm verificado em matéria de contagem de pontos e progressões.

Os Deputados

João Dias

Paula Santos

N/Ref. nº 70482-069/INPA-GPPCP/XV-1